



**ACÓRDÃO Nº 314/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

- 1- **Processo TCE - AM nº 11635/2016.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Responsável:** José Junior de Paula Bezerra (Ordenador de Despesa).
- 4- **Órgão:** Instituto Municipal de Engenharia, Fiscalização, Segurança e Educação do Trânsito e Transporte de Manacapuru – IMTRANS.
- 5- **Exercício:** 2015.
- 6- **Advogado:** Não Possui.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 433/2019-DMP, Dra. Elissandra Monteiro Freire Alvares, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Instituto Municipal de Engenharia, Fiscalização, Segurança e Educação do Trânsito e Transporte de Manacapuru - IMTRANS. Exercício de 2015.

*Irregularidade. Multa. Determinação.  
Recomendação.*

**10- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 4, da Resolução n.04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em parcial consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar Irregular** a Prestação de Contas do Instituto Municipal de Engenharia, Fiscalização, Segurança e Educação do Trânsito e Transporte de Manacapuru - IMTRANS, exercício de 2015, tendo como responsável o **Sr. José Junior de Paula Bezerra**, Diretor-Presidente do IMTRANS, nos termos do art. 19, inciso II c/c o art. 22, inciso III, alínea “b”, da Lei Orgânica deste Tribunal de Contas nº 2.423/96, em razão das impropriedades apontadas na fundamentação do Voto;
- 10.2. **Aplicar Multa** ao **Sr. José Junior de Paula Bezerra**, gestor e ordenador de despesa, no valor de **R\$ 20.481,60** (vinte mil, quatrocentos e oitenta e um reais e sessenta centavos), pelo atraso no envio da movimentação contábil referente aos meses de janeiro a dezembro de 2015,



**ACÓRDÃO Nº 314/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

impropriedades 2 e 3, da fundamentação do Voto, nos termos do art. 308, I, “a”, da Resolução TCE/AM n.º 4/02, com redação alterada pelo art. 2º, da Resolução TCE/AM n.º 4/2018 – TCE/AM, que deverá ser recolhida no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ, devendo ser encaminhado comprovante do pagamento a esta Corte de Contas, devidamente autenticado pelo banco, ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução n.º 04/2002-TCE/AM.

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea “a”, da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo;

**10.3. Aplicar Multa ao Sr. José Junior de Paula Bezerra**, gestor e ordenador de despesa, no valor de **R\$ 68.271,96** (sessenta e oito mil, duzentos e setenta e um reais e noventa e seis centavos), em razão das impropriedades identificadas nos itens 1, IV, XVII, XVIII, XXVII, XXXV, XL, XLI, XLV, XLVI, 4, 5, 6, 7, 10, 11, 12, 16, 17 I e II, 19, 20, 22, 23, 24 e 27, apontados na fundamentação do voto, nos termos do art. 54, II, da Lei n.º 2.423/96, c/c art. 308, VI, da Resolução n.º 4/2002, com redação alterada pelo art. 2º, da Resolução TCE/AM n.º 4/2018 – TCE/AM, que deverá ser recolhida no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ, devendo ser encaminhado comprovante do pagamento a esta Corte de Contas, devidamente autenticado pelo banco, ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução n.º 04/2002-TCE/AM.

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea “a”, da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo;



**ACÓRDÃO Nº 314/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

**10.4. Determinar** a comunicação ao **INSS** quanto à não comprovação do recolhimento das cotas de contribuição patronal e dos servidores ao INSS, **conforme impropriedade 7** da fundamentação do Voto;

**10.5. Recomendar** às próximas gestões do Instituto Municipal de Engenharia, Fiscalização, Segurança e Educação do Trânsito e Transporte de Manacapuru - Imtrans:

**10.5.1.** Que mantenham o equilíbrio financeiro entre a receita arrecadada e a despesa realizada, nos termos do art. 48, “b”, lei n.º 4320/64 e que façam o registro no Balanço Orçamentário do valor da Previsão de Receita Orçamentária (LOA) destinada à cobertura de despesas correntes, que foi objeto de irregularidade constante no **item 16** da fundamentação do Voto;

**10.5.2.** Que possa regularizar o controle de almoxarifado que foi objeto da irregularidade constante no **item 20** da fundamentação do Voto;

**10.5.3.** A implantação de procedimentos contábeis patrimoniais, orçamentários e específicos do MCASP, objeto do **item 22** da fundamentação do Voto.

**11- Ata:** 12ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**12- Data da Sessão:** 30 de Abril de 2019

**13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho e Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior.

**14- Representante do Ministério Público de Contas:** Dra. Evelyn Freire de Carvalho , Procuradora-Geral, em substituição.

**YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS**

Conselheira-Presidente

**ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR**

Conselheiro Relator

**EVELYN FREIRE DE CARVALHO**

Procuradora-Geral, em substituição